# CERTIDÃO

---- **Marta Alexandra da Rocha Pereira Gonçalves**, Chefe da Divisão de Administração, Gestão Financeira e Contratação Pública, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Ponte da Barca:----------

----- **Certifica** que na ata da reunião ordinária do Executivo, realizada no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, consta, entre outras, a deliberação do teor seguinte: "12.1. - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2020 - NORMA DE EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2020.----------

----- Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara, após cumprimento do nº 3 do art.º 5º da Lei nº 24/98, de 26 de maio, presente as "Grandes Opções do Plano e Orçamento para o exercício de 2020, com uma Receita e Despesa orçada em 22.496.443,28 €, bem como a norma de execução do referido documento.----------

------ A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Senhores Vereadores do PS, Sílvia Torres e Pedro Sousa Lobo e da Senhora vereadora do PSD, Maria José Gonçalves, aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o exercício de 2020, bem como a norma de execução do referido documento e, nos termos da alínea c) do nº 1 do artº 33º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submeter o assunto à aprovação da Assembleia Municipal.----------

----- Os Senhores Vereadores do PS, Sílvia Torres e Pedro Sousa Lobo, ditaram para a ata a seguinte declaração de voto: "As Grandes Opções do Plano e o Orçamento são os instrumentos de gestão mais importantes do Município. Nestes documentos deverão estar retratados as opções, o planeamento estratégico, os investimentos e as despesas que o executivo pretende implementar no ano subsequente.

Embora considerem muito positivo a previsão no Orçamento da área empresarial de Lestriz, em Lavradas - que deveria ter características prioritárias; se registe a intenção de melhoria nas redes viárias, bem como a construção de um "Centro de Negócios", que na prática funcionará como um desenvolvimento das incubadoras de empresas de base local criadas no último mandato do PS, e cuja localização preferíamos numa freguesia que não a sede do concelho, os Vereadores do PS Sílvia Torres e Pedro Sousa Lobo votam contra as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2020, designadamente por considerarem que se traduz num documento vago e enganador, quase publicitário, com muitos anúncios de obra pública que não se irá concretizar em 2020. O Orçamento de 2020 esconde, na realidade, um propósito eminentemente gastador prevendo um endividamento de Ponte da

Barca superior a 1.600.000,00€, quase que duplicando a presente dívida bancária do Município - dívida bancária que recordamos este Executivo decidiu estender o prazo de amortização para 20 anos em 2019.

Em suma: O Executivo do PSD em 2019 optou por encolher a amortização bancária alargando o pagamento por 20 anos e no Orçamento para 2020 concretiza a decisão de endividar os Barquenses em mais de 1.6 milhões de euros.

A aposta deste Executivo é viver no presente "folgado" com dinheiro emprestado que irá onerar as gerações futuras.

Uma estratégia de endividamento massivo da autarquia que será consumido sobretudo com encargos de projetos e aquisições de terrenos do Parque Empresarial do Rodo II (cujo custo de concretização será superior a 2,5 milhões de euros), que pelas razões já indicadas na votação daquela proposta de ampliação, se nos afigura um projeto economicamente mais danoso do que proveitoso para o Município, pelos custos elevados dos terrenos com características de área urbana habitacional, numa área próxima do centro da vila e não privilegiando a criação de empresas com um número de postos de trabalho mais elevado (só permite a instalação de empresas até 20 trabalhadores), bem como cuja tramitação na DGAL e a candidatura ao Portugal 2020 tem vindo a apresentar fragilidades.

Finalmente, consideramos que no Orçamento para 2020 não existe uma efetiva política municipal para a renovação e expansão das redes de água e saneamento, desenvolvimento e dinamização das freguesias do concelho, continuando a faltar clareza e estratégia na ação social, no apoio às IPSS e à população mais idosa e carenciada, na educação, no apoio ao comércio tradicional e na área do turismo."

A Senhora Vereadora do PSD, Maria José Gonçalves, ditou para a ata a seguinte declaração de voto: "O presente documento, por ser pouco aprofundado, não apresenta estudos nem projeções e não estabelece objetivos concretos em matérias cruciais para o Concelho, dá forma àquilo que já se verificou ao longo do presente ano, uma verdadeira "navegação à vista". Não se vislumbra uma afirmação estratégica do Concelho, uma ambição e inovação, muito menos a concretização do Programa Eleitoral sufragado pelos barquenses nas eleições autárquicas.

Num Concelho que, infelizmente, apresenta um índice de envelhecimento muito superior ao nacional, que já é elevado, onde cerca de três mil barquenses têm 65 ou mais anos de idade, não se encontra uma única ideia/proposta para responder às muitas necessidades dos seniores do Concelho. Competindo ao Município uma atitude proativa, de modo a promover a qualidade de vida e a integração dos cidadãos seniores, através de soluções que se adaptem às suas necessidades e capacidades, não identificamos uma única previsão para responder às necessidades.

No que concerne à habitação social, enquanto se aguarda a elaboração da Estratégia Local para a Habitação, adianta-se um "Projeto de Habitação a Custos Controlados", ficou por definir em concreto do que se trata efetivamente e como será operacionalizado.

Relativamente à Educação, Saúde e Ação Social, constatamos tratar-se dos "parentes pobres" deste documento previsional. Ausência de políticas articuladas entre os diferentes setores. Objetivamente, as pessoas, sejam crianças, jovens, adultos ou seniores, estão relegadas para segundo plano.

Conhecendo-se a fortíssima relação entre a condição socioeconómica e cultural das crianças e dos jovens e os seus percursos escolares, não se vislumbram quaisquer medidas para a promoção do sucesso escolar. Da mesma forma que não conseguimos perceber nenhum desenvolvimento no âmbito das competências parentais positivas que tornem as famílias cada vez melhores famílias.

Não se identifica nenhum programa/medida para combater a violência doméstica, o alcoolismo, as dependências, ou para promover a igualdade de género.

Quanto à sustentabilidade do território, ainda que no plano das intenções, constatamos uma regressão relativamente o planificado para o presente ano, deixam de estar plasmadas as ações de sensibilização e consciencialização da população com vista à poupança da água, eliminação de fossas sépticas e reforço das políticas ecológicas de reciclagem e reutilização. Este documento não perspetiva o futuro, não salvaguarda as gerações futuras.

Constatamos uma clara hegemonia do desenvolvimento económico assente exclusivamente na construção de infraestruturas para viabilizar a edificação de dois polos empresariais que, pelas caraterísticas apresentadas, ficarão muito aquém das expectativas e dos investimentos efetuados e a efetuar. Nada em concreto para a agricultura, nada em concreto para o comércio local.

Este documento previsional assume a modernização administrativa como um dos pilares da ação governativa, se bem que de concreto apenas possamos identificar o propósito de recrutamento de um chefe de equipa. A ação governativa deste executivo, infelizmente, em nada tem contribuído para uma efetiva modernização administrativa, que deverá assentar na transparência, eficiência, eficácia e integridade, com acesso efetivo à informação, tendo em vista a construção de uma cidadania informada, forte e participativa.

Sustentada no exposto voto contra a proposta em apreço."

O Senhor Vereador Inocêncio Araújo ditou para ata a seguinte declaração de voto: "O presente documento é especialmente relevante na gestão autárquica do município uma vez que apresenta as linhas de orientação estratégica para o desenvolvimento do nosso concelho durante o próximo ano de 2020.

Tal como vem acontecendo ano após ano, nesta altura somos confrontados e convidados para proceder à sua análise, discussão e votação.

Reafirmo o que disse na discussão e votação dos orçamentos para os anos 2018 e 2019, enquanto vereador eleito pelos barquenses, as minhas convicções obrigam-me a contribuir para a construção de uma sociedade mais próspera, mais justa, com mais e melhores oportunidades.

Reitero o mesmo compromisso, votarei favoravelmente aquilo que de positivo se faça na minha terra, rejeitarei qualquer medida que não vise contribuir para o desenvolvimento do concelho!

É nesse registo que perante este documento, que apresenta um grande número ações relevantes para o desenvolvimento da nossa terra, o meu voto é favorável às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o exercício de 2020

A promoção e dinamização económica, um dos vetores com mais importância no programa que sufraguei ao eleitorado, pelo que é com particular satisfação que registo, depois de neste ano se ter tido a capacidade de planear, definir localizações, adquirir terrenos, agora se avance para a construção das áreas empresárias, no Rôdo e em Lestriz. Projetos que tem décadas de atraso comparativamente a que aconteceu nos concelhos vizinhos, mas que agora em contexto diferente continuam a fazer sentido. É chegada a hora de infraestruturar, proceder à instalação de empresas de modo a contribuir para a dinamização da nossa economia, criação de postos de trabalho e por essa via atrair e fixar população.

Neste contexto deixo aqui um apelo para nos envolvamos na criação sinergias que visem a atração de empresas que valorizem o trabalhador, que necessitem de mão de obra qualificada, um sinónimo de salários mais dignos.

Outro dos vetores que vai ao encontro das opções que defendi e defendo é do investimento nas freguesias. Apostar nas relações de parceria com as Juntas de Freguesia, dar-lhes possibilidade de concretizarem projetos que consideram determinantes para a melhoria da qualidade de vida da população.

Vejo com agrado a previsão de importantes intervenções, em Crasto, Sampriz e Vila Nova de Muía, o ressurgimento no plano de investimentos da ligação viária entre Vila Chã de S. João e Vila Chã de Santiago, a melhoria de acessos na freguesia de Britelo, nomeadamente nos lugares de Paradamonte e Mosteirô, intervenções na freguesia de Lindoso, nos lugares de Cidadelhe e Parada e a construção do "Núcleo Interpretativo da Cultura Comunitária Tradicional de Montanha;

Também registo com particular destaque os investimentos previstos com a intervenção no Mercado Municipal e na zona da Feira Quinzenal; a perseverança e o programa alusivo à naturalidade de Fernão Magalhães; a dinamização da Escola de Artes e Ofícios, em Bravães; a requalificação e refuncionalização do edifício do Santo António do Buraquinho; a reabilitação de edifício para instalação de centro de apoio à criação de empresas, denominado por "Centro de Negócios"; a concretização de muitas ações do Plano Municipal da Juventude; a construção do Centro de Apoio BTT, a ligação da ecovia até Touvedo Salvador , o troço de ecovia no rio Vade, a

construção de infraestruturas de apoio ao desporto náutico, a intervenção no pavilhão desportivo do Centro Escolar de S. Miguel / Entre Ambos-os-Rios, a construção do Centro Românico do Alto Minho (Vila Nova de Muía).

No exercício das minhas funções estando integrado no executivo considero determinante que a câmara municipal urgentemente regularize os valores em atraso referentes a protocolos celebrados com as associações e as Juntas de Freguesia. Pelo acompanhamento que tenho tido sei que tem sido seguido um caminho rumo a esse objetivo, no entanto, gostaria de apelar a uma maior celeridade de modo a que as Juntas e as Associações possam prosseguir sem sobressaltos o seu trabalho evitando episódios de dificuldades de gestão por asfixia financeira.

Vejo com agrado que o plano e orçamento evidencia uma crescente aproximação às Juntas de Freguesia e às Associações do concelho, numa atitude de credibilização e valorização do seu trabalho, estou certo que será esse o formato do sucesso no desenvolvimento do nosso concelho."

----- O referido é verdade.----------

----- Secção Administrativa e de Expediente, da Divisão de Administração, Gestão Financeira e Contratação Pública, 12 de dezembro de 2019.----------

A Chefe de Divisão, em regime de substituição,

(Marta Alexandra da Rocha Pereira Gonçalves, Drª)